



Município de Leiria

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2023/06/13

Unidade Orgânica responsável pela deliberação | DIVISAO FINANCEIRA

Epígrafe | Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2022

Proposta | Presentes os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao ano de 2022, em anexo, de acordo com o estipulado nos artigos 75.º e 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

O Município de Leiria apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que, sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na Lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, sendo o grupo autárquico “composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, na sua redação atual, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico as empresas do sector empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados, a saber: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria (SMAS) e Teatro José Lúcio da Silva (TJLS).

Assim, em resultado da elaboração da prestação de contas consolidadas, foram apurados os seguintes dados consolidados:

1. Execução orçamental:

- a. **Receitas Correntes** de €112.533.643,53 (cento e doze milhões, quinhentos e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e três euros e cinquenta e três cêntimos), **Receitas de Capital** de €4.872.268,82 (quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos) e **Outras Receitas** de €545.457,54 (quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos), perfazendo a **Receita Efetiva** o montante de €117.951.369,89 (cento e dezassete milhões, novecentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e nove euros e oitenta e nove cêntimos).
- b. **Despesas Correntes** de €78.155.164,40 (setenta e oito milhões, cento e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro euros e quarenta cêntimos), **Despesas de Capital** de €39.163.667,49 (trinta e nove milhões, cento e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos), perfazendo a **Despesa Efetiva** o montante de €117.318.831,89 (cento e dezassete milhões, trezentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e um euros e oitenta e nove cêntimos).
- c. **Saldo da gerência** anterior de €53.390.989,32 (cinquenta e três milhões, trezentos e noventa mil, novecentos e oitenta e nove euros e trinta e dois cêntimos) e Saldo para a gerência seguinte de €50.822.708,06 (cinquenta milhões, oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e oito euros e seis cêntimos).

2. Demonstrações Financeiras:

2.1 Balanço

Ativo de €546.640.364,83 (quinhentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e quarenta mil, trezentos e sessenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos), **Património Líquido** de €512.181.959,15 (quinhentos e doze milhões, cento e oitenta e um mil, novecentos e cinquenta e nove euros e quinze cêntimos) e

(2)

Passivo de €34.458.405,68 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinco euros e sessenta e oito cêntimos).

2.2 Demonstração de Resultados:

Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento de €28.726.920,16 (vinte e oito milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte euros e dezasseis cêntimos).

Resultado Operacional de €6.424.202,72 (seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e dois euros e setenta e dois cêntimos).

Resultado Líquido do Período de €5.781.420,10 (cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte euros e dez cêntimos).

Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao ano de 2022;
- b) Remeta os documentos à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Mais se propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Deliberação | A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **deliberou por maioria**, com os votos contra dos Senhores Vereadores Álvaro Madureira, Daniel Marques e Branca Matos:

- a) Aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao ano de 2022;
- b) Remeter os documentos à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Mais deliberou, solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

Os **Senhores Vereadores Álvaro Madureira, Daniel Marques e Branca Matos** votaram contra, face a posições tomadas anteriormente.

Juliana Crespo Marcelino
ASSISTENTE TÉCNICO
15-06-2023

Assinatura Digital Certificada

1

Gonçalo Nuno Bertolo Gordalina Lopes
PRESIDENTE
15-06-2023

Assinatura Digital Certificada

2



Câmara Municipal de Leiria

www.cm-leiria.pt

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS

A large, stylized number '2022' is centered in the lower half of the image. The numbers are filled with a red and white maze pattern and have a red outline. The background is a photograph of the Castelo de Leiria, a large stone castle with multiple towers and arched windows, situated on a hillside with dense green trees in the foreground. The entire image has a green color overlay.

ÍNDICE GERAL

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31/12/2022

1. Demonstrações orçamentais consolidadas	4
1.1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental	4
1.2 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	5
2. Demonstrações financeiras consolidadas.....	6
2.1. Balanço consolidado.....	6
2.2. Demonstração de resultados por natureza consolidados	8
2.3. Demonstração das alterações do património líquido Consolidado	9
2.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	10
2.5. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.....	11
3. Relatório de Gestão consolidado	37
FICHA TÉCNICA	39

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31/12/2022

O Município de Leiria apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que, *sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*, sendo o grupo autárquico *“composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades*.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações internas, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Câmara Municipal de Leiria
www.cm-leiria.pt

1. Demonstrações orçamentais consolidadas

1.1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental

MUNICÍPIO DE LEIRIA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica Recebimentos			Rubrica Pagamentos		
	2022	2021		2022	2021
Saldo de gerência anterior	53 390 989,32	57 825 702,20			
Operações orçamentais [1]	49 195 764,96	54 320 459,37			
Restituição do saldo oper. orçamentais					
Operações de tesouraria [A]	4 195 224,36	3 505 242,80			
Receita corrente	112 533 643,53	96 570 416,96	Despesa corrente	78 155 164,40	69 830 824,83
R1 Receita fiscal	37 617 120,68	34 498 343,74	D1 Despesas com o pessoal	26 747 495,26	25 157 940,03
R11 Impostos diretos	37 617 120,68	34 498 343,74	D11 Remunerações Certas e Permanentes	20 372 783,76	19 291 139,66
R12 Impostos indiretos	-	-	D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	823 254,77	784 957,86
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	D13 Segurança social	5 551 456,73	5 081 842,51
R3 Taxas, multas e outras penalidades	4 625 006,47	4 246 555,00	D2 Aquisição de bens e serviços	40 163 913,18	34 248 383,16
R4 Rendimentos de propriedade	3 255 899,58	3 254 662,55	D3 Juros e outros encargos	621 208,53	609 905,13
R5 Transferências e subsídios correntes	38 054 006,06	29 832 002,73	D4 Transferências e subsídios correntes	8 910 268,03	8 774 313,36
R51 Transferências correntes	38 045 517,62	29 812 903,74	D41 Transferências correntes	8 910 268,03	8 774 313,36
R511 Administrações Públicas	35 168 478,93	29 810 696,98	D411 Administrações Públicas	2 183 031,97	1 853 452,41
R5111 Administração Central - Estado Português	34 838 960,41	29 557 266,74	D4111 Administração Central - Estado Português	-	13 500,00
R5112 Administração Central - Outras entidades	263 348,52	332 150,24	D4112 Administração Central - Outras entidades	-	-
R5113 Segurança Social	-	-	D4113 Segurança Social	-	-
R5114 Administração Regional	-	-	D4114 Administração Regional	-	-
R5115 Administração Local	66 170,00	78 720,00	D4115 Administração Local	2 183 031,97	1 839 952,41
R512 Exterior - U E	-	-	D412 Entidades do Setor Não Lucrativo	6 013 369,91	5 450 887,68
R513 Outras	2 877 038,69	2 206,76	D413 Famílias	713 866,15	1 469 973,27
R52 Subsídios correntes	8 488,44	19 098,99	D414 Outras	-	-
R6 Venda de bens e serviços	28 680 335,29	24 493 156,08	D42 Subsídios Correntes	-	-
R7 Outras receitas correntes	301 275,45	245 696,86	D5 Outras despesas correntes	1 712 279,40	1 040 283,15
Receita de capital	4 872 268,82	8 809 710,74	Despesas de capital	39 163 667,49	37 357 745,52
R8 Venda de bens de investimento	34 911,34	21 935,58	D6 Aquisição de bens de capital	29 936 677,91	29 266 877,37
R9 Transferências e subsídios de capital	4 735 943,80	8 686 361,48	D7 Transferências e subsídios de capital	9 179 329,31	8 090 868,15
R91 Transferências de capital	4 735 943,80	8 686 361,48	D71 Transferências de capital	9 179 329,31	8 090 868,15
R911 Administrações Públicas	4 629 794,80	8 562 616,77	D711 Administrações Públicas	7 486 263,32	6 520 042,68
R9111 Administração Central - Estado Português	4 622 797,35	8 562 208,30	D7111 Administração Central - Estado Português	-	-
R9112 Administração Central - Outras entidades	-	-	D7112 Administração Central - Outras entidades	-	-
R9113 Segurança Social	-	-	D7113 Segurança Social	-	-
R9114 Administração Regional	-	-	D7114 Administração Regional	-	-
R9115 Administração Local	6 997,45	408,47	D7115 Administração Local	7 486 263,32	6 520 042,68
R912 Exterior - U E	-	-	D712 Entidades do Setor não Lucrativo	1 693 065,99	1 570 825,47
R913 Outras	106 149,00	123 744,71	D713 Famílias	-	-
R92 Subsídios de capital	-	-	D714 Outras	-	-
R10 Outras receitas de capital	101 413,68	101 413,68	D72 Subsídios de capital	-	-
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	545 457,54	230 792,47	D8 Outras despesas de capital	47 660,27	-
Receita efetiva [2]	117 951 369,89	105 610 920,17	Despesa efetiva [5]	117 318 831,89	107 188 570,35
Receita não efetiva [3]	-	1 000 000,00	Despesa não efetiva [6]	3 440 921,74	4 547 044,26
R12 Receita com ativos financeiros	-	1 000 000,00	D9 Despesa com ativos financeiros	-	1 000 000,00
R13 Receita com passivos financeiros	-	-	D10 Despesa com passivos financeiros	3 440 921,74	3 547 044,26
R14 Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	-	-			
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	167 147 134,85	160 931 379,54	Soma [7] = [5] + [6]	120 759 753,63	111 735 614,61
Operações de tesouraria [B]	7 430 527,56	7 102 864,61	Operações de tesouraria [C]	7 190 425,08	6 412 883,05
Saldo para a gerência seguinte	50 822 708,06	53 390 989,32	Saldo para a gerência seguinte	50 822 708,06	53 390 989,32
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	46 387 381,22	49 195 764,96	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	46 387 381,22	49 195 764,96
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	4 435 326,84	4 195 224,36	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	4 435 326,84	4 195 224,36
Saldo global [2] - [5]	632 538,00	1 577 650,18	Saldo global [2] - [5]	632 538,00	1 577 650,18
Despesa primária	116 697 623,36	107 578 665,22	Despesa primária	116 697 623,36	107 578 665,22
Saldo corrente	34 378 479,13	25 570 568,74	Saldo corrente	34 378 479,13	25 570 568,74
Saldo de capital	- 34 291 398,67	- 27 548 034,78	Saldo de capital	- 34 291 398,67	- 27 548 034,78
Saldo primário	1 253 746,53	967 745,05	Saldo primário	1 253 746,53	967 745,05
Receita total [1] + [2] + [3]	167 147 134,85	160 931 379,54	Receita total [1] + [2] + [3]	167 147 134,85	160 931 379,54
Despesa total [5] + [6]	120 759 753,63	111 735 614,61	Despesa total [5] + [6]	120 759 753,63	111 735 614,61

1.2 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

MUNICÍPIO DE LEIRIA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	Liquidações	2022	2021	Rubrica	Obrigações	2022	2021
	Receita corrente	8 147 962,55	10 291 859,31		Despesa corrente	1 385 372,81	663 416,14
R1	Receita fiscal	6 992,15	-	D1	Despesas com o pessoal	276 805,04	274 021,41
R11	Impostos diretos	6 992,15	-	D11	Remunerações Certas e Permanentes	206 651,94	204 125,11
R12	Impostos indiretos	-	-	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	9 353,58	10 295,43
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	D13	Segurança social	60 799,52	59 600,87
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 422 393,75	1 506 200,92	D2	Aquisição de bens e serviços	1 079 572,07	368 926,86
R4	Rendimentos de propriedade	785 707,11	773 816,33	D3	Juros e outros encargos	-	-
R5	Transferências e subsídios correntes	941 969,91	2 739 234,57	D4	Transferências e subsídios correntes	302,03	437,58
R51	Transferências correntes	941 969,91	2 739 234,57	D41	Transferências correntes	302,03	437,58
R511	Administrações Públicas	931 452,76	2 028 678,73	D411	Administrações Públicas	-	-
R5111	Administração Central - Estado Português	871 592,76	2 028 678,73	D4111	Administração Central - Estado Português	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	-	-	D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-
R5113	Segurança Social	-	-	D4113	Segurança Social	-	-
R5114	Administração Regional	-	-	D4114	Administração Regional	-	-
R5115	Administração Local	59 860,00	-	D4115	Administração Local	-	-
R512	Exterior - U E	-	-	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	-	-
R513	Outras	10 517,15	710 555,84	D413	Famílias	302,03	437,58
R52	Subsídios correntes	-	-	D414	Outras	-	-
R6	Venda de bens e serviços	4 888 356,16	5 259 992,43	D42	Subsídios Correntes	-	-
R7	Outras receitas correntes	102 543,47	12 615,06	D5	Outras despesas correntes	28 693,67	20 030,29
	Receita de capital	604 319,54	1 623 157,87		Despesas de capital	65 254,19	267 104,49
R8	Venda de bens de investimento	107,15	24 413,43	D6	Aquisição de bens de capital	65 254,19	267 104,49
R9	Transferências e subsídios de capital	108 186,47	1 001 304,84	D7	Transferências e subsídios de capital	-	-
R91	Transferências de capital	35 018,78	898 740,15	D71	Transferências de capital	-	-
R911	Administrações Públicas	16 468,78	898 740,15	D711	Administrações Públicas	-	-
R9111	Administração Central - Estado Português	16 468,78	873 192,70	D7111	Administração Central - Estado Português	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	-	D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-
R9113	Segurança Social	-	-	D7113	Segurança Social	-	-
R9114	Administração Regional	-	-	D7114	Administração Regional	-	-
R9115	Administração Local	18 550,00	25 547,45	D7115	Administração Local	-	-
R912	Exterior - U E	-	-	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	-	-
R913	Outras	73 167,69	-	D713	Famílias	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-	D714	Outras	-	-
R10	Outras receitas de capital	496 025,92	597 439,60	D72	Subsídios de capital	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	144 084,09	108 726,57	D8	Outras despesas de capital	-	-
	Receita efetiva [1]	8 896 366,18	12 023 743,75		Despesa efetiva [4]	1 450 627,00	930 520,63
	Receita não efetiva [2]	-	-		Despesa não efetiva [5]	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	D9	Despesa com ativos financeiros	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	49 195 764,96	54 320 459,40				
	Receita Total [3] = [1] + [2]	8 896 366,18	12 023 743,75		Despesa Total [6] = [4] + [5]	1 450 627,00	930 520,63

2. Demonstrações financeiras consolidadas

2.1. Balanço consolidado

MUNICÍPIO DE LEIRIA			
BALANÇO CONSOLIDADO			
			VALORES EM €
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	427 681 285,45	344 682 138,43
Propriedades de investimento	8	18 227 995,32	15 613 616,00
Ativos intangíveis	3	504 905,46	506 041,86
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras		6 236 235,72	6 236 235,72
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		2 605,22	1 895,48
Ativos por impostos diferidos		-	-
Clientes, contribuintes e utentes		7 854,41	3 140,28
Outras contas a receber	23.2	1 140 645,22	1 677 841,81
		453 801 526,80	368 720 909,58
Ativo corrente			
Inventários	10.1	1 030 195,19	1 070 142,67
Ativos biológicos		-	-
Devedores p/ transf. e subs. não reembolsáveis		945 597,93	3 691 265,27
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		-	-
Clientes, contribuintes e utentes		3 054 950,34	3 368 989,06
Estado e outros entes públicos	23.1	490 007,80	591 464,10
Acionistas/sócios/associados		-	-
Outras contas a receber	23.2	31 174 470,30	32 993 820,83
Diferimentos		5 320 908,41	4 432 961,42
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos	1.4	50 822 708,06	53 390 989,32
		92 838 838,03	99 539 632,67
		546 640 364,83	468 260 542,25

MUNICÍPIO DE LEIRIA			
BALANÇO CONSOLIDADO			
			VALORES EM €
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2022	31/12/2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		127 353 178,62	127 353 178,62
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas		29 330 327,69	41 220 171,12
Resultados transitados		238 862 360,93	148 521 929,46
Ajustamentos em ativos financeiros		150 242,56	150 242,56
Excedentes de revalorização		61 791,42	61 791,42
Outras variações no património líquido		110 642 637,83	101 731 767,35
Resultado líquido do período		5 781 420,10	11 947 135,22
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
		512 181 959,15	430 986 215,75
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2 779 427,22	3 834 539,57
Financiamentos obtidos	7	10 921 018,35	13 187 687,43
Fornecedores de investimentos		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Diferimentos		1 341 035,77	1 475 722,53
Passivos por impostos diferidos		-	-
Fornecedores		-	-
Outras contas a pagar	23.2	3 482 106,16	3 195 765,84
		18 523 587,50	21 693 715,37
Passivo corrente			
Credores p/ transf. e subs. não reembolsáveis		5 071 845,54	4 003 331,39
Fornecedores		1 148 461,06	1 319 024,64
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		95 135,89	126 214,98
Estado e outros entes públicos	23.1	301 347,95	174 274,47
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos	7	2 266 669,12	3 440 921,78
Fornecedores de investimentos		63 167,19	260 639,35
Outras contas a pagar	23.2	6 799 948,29	6 120 162,09
Diferimentos		188 243,14	136 042,43
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
		15 934 818,18	15 580 611,13
Total Passivo		34 458 405,68	37 274 326,50
Total Património Líquido e Passivo		546 640 364,83	468 260 542,25

2.2. Demonstração de resultados por natureza consolidados

MUNICÍPIO DE LEIRIA			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADO			
VALORES EM €			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	23.3	40 079 269,72	41 405 303,55
Vendas	23.3	10 364 588,70	9 920 874,32
Prestações de serviços e concessões	23.3	16 925 576,84	14 151 594,07
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.3	37 098 100,40	32 242 769,73
Variações nos inventários da produção	23.3	1 092,97	31 519,50
Trabalhos para a própria entidade	23.3	192 218,79	254 028,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	4 765 171,59	5 191 358,33
Fornecimentos e serviços externos	23.4	35 997 297,66	32 981 472,76
Gastos com pessoal	23.5	27 134 034,07	25 408 385,55
Transferências e subsídios concedidos	-	16 648 580,70	12 089 049,28
Prestações sociais	-	-	-
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	7 488,06	53 679,26
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	189 540,71	1 420 345,39
Provisões (aumentos/reduções)	15	1 055 112,35	2 813 029,57
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos		11 052 393,25	11 415 603,70
Outros gastos	-	3 678 401,49	3 940 809,75
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		28 726 920,16	31 149 622,30
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-	22 302 717,44	18 473 343,93
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		6 424 202,72	12 676 278,37
Juros e rendimentos similares obtidos		59 663,75	68 309,95
Juros e gastos similares suportados	-	702 446,37	797 453,10
Resultado antes de impostos		5 781 420,10	11 947 135,22
Imposto sobre o rendimento	-	-	-
Resultado líquido do período		5 781 420,10	11 947 135,22

2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

12/23,1,585/23 - 15-06-2023



2.3. Demonstração das alterações do património líquido Consolidado

MUNICÍPIO DE LEIRIA														
ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO PARA O ANO DE 2022 CONSOLIDADO														
Designação	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade que controla							Interesses que não controlam	TOTAL	Total do património líquido			
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros				Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	127 353 178,62	-	-	-	41 220 171,12	148 521 929,46	150 242,56	61 791,42	101 731 767,35	11 947 135,22	430 986 215,75	-	430 986 215,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Património líquido														
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	-	-	-	-	- 11 889 843,43	90 340 431,47	-	-	8 910 870,48	- 11 947 135,22	75 414 323,30	-	75 414 323,30
RESULTADO INTEGRAL	(3)													
	(4)=(2)+(3)													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(5) (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	127 353 178,62	-	-	-	29 330 327,69	238 862 360,93	150 242,56	61 791,42	110 642 637,83	5 781 420,10	512 181 959,15	-	512 181 959,15

2.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

MUNICÍPIO DE LEIRIA				
FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO				
VALORES EM €				
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2022	SNC-AP 31/12/2021	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		25 002 877,69	23 948 451,02	
Recebimentos de contribuintes		15 245 318,46	12 631 618,33	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		16 275 228,96	14 563 284,19	
Recebimentos de utentes		8 629 231,06	8 845 992,18	
Pagamentos a fornecedores		- 43 726 895,13	- 38 671 724,96	
Pagamentos ao pessoal		- 26 881 305,89	- 25 152 344,35	
Pagamentos de transferências e subsídios		- 5 210 598,24	- 4 615 113,59	
Pagamentos a contribuintes / Utes		- 938 392,26	- 1 007 609,25	
Pagamentos de prestações sociais		-	-	
Caixa gerada pelas operações		- 11 604 535,35	- 9 457 446,43	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-	
Outros recebimentos/pagamentos		35 965 004,74	29 603 416,71	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		24 360 469,39	20 145 970,28	
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		- 27 958 024,14	- 24 465 353,35	
Ativos intangíveis		- 1 056 965,28	- 649 145,54	
Propriedades de investimento		- 772 918,17	- 3 661 295,69	
Investimentos financeiros		-	- 1 000 000,00	
Outros ativos		- 709,74	- 525,62	
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		34 911,34	21 935,58	
Ativos intangíveis		-	-	
Propriedades de Investimento		101 413,68	101 413,68	
Investimentos financeiros		-	1 000 000,00	
Outros ativos		-	-	
Subsídios ao investimento		-	-	
Transferências de capital		6 815 638,22	8 245 425,49	
Juros e rendimentos similares		-	-	
Dividendos		-	-	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 22 836 654,09	- 20 407 545,45	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		25 000,00	35 000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-	
Cobertura de prejuízos		-	-	
Doações		-	-	
Outras operações de financiamento		59 663,75	68 309,95	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		- 3 465 921,74	- 3 582 044,26	
Juros e gastos similares		- 710 838,57	- 694 403,40	
Dividendos		-	-	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-	
Outras operações de financiamento		-	-	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 4 092 096,56	- 4 173 137,71	
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		- 2 568 281,26	- 4 434 712,88	
Efeito das diferenças de câmbio		-	-	
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		53 390 989,32	57 825 702,20	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		50 822 708,06	53 390 989,32	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período				
- Equivalentes a caixa no início do período		-	-	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-	
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-	
Saldo da gerência anterior (SGA)		53 390 989,32	57 825 702,20	
De execução orçamental		49 195 764,96	54 320 459,40	
De operações de tesouraria		4 195 224,36	3 505 242,80	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.4	50 822 708,06	53 390 989,32	
- Equivalentes a caixa no fim do período		-	-	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-	
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-	
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		50 822 708,06	53 390 989,32	
De execução orçamental		46 387 381,22	49 195 764,96	
De operações de tesouraria		4 435 326,84	4 195 224,36	

2.5. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Nota 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP — Divulgação transitória

Em 11 de setembro de 2015, foi publicado em Diário da República 1.ª Série, n.º 178, o Decreto-Lei n.º 192/2015, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designado por SNC-AP, revogando o POCAL, com exceção no que respeita aos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, respeitantes ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento. A 14 de julho de 2016, foi publicado em Diário da República 1.ª Série, n.º 134, a Portaria n.º 189/2016 que aprova e publica em anexo, as notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional.

Considerando as dificuldades subjacentes à implementação deste normativo, quer ao nível técnico, quer ao nível da disponibilização das soluções informáticas, o mesmo sofreu vários adiamentos, sendo que com a publicação em Diário da República, 1.ª Série, n.º 64, no dia 31.03.2020, Lei do orçamento de Estado de 2020, ficou consagrado no n.º 1 do seu artigo 114.º que em 2020, as entidades integradas no subsetor da administração iniciariam a sua aplicação enquanto referencial contabilístico em 2020. Foram sendo disponibilizadas diversas diretrizes por parte da Comissão de Normalização Contabilística, denominada por CNC, pela UNILEO, entidade responsável pela criação/configuração dos mapas subjacentes à aplicação do novo normativo e DGAL, no sentido de orientar as autarquias locais quanto ao dever de prestação de informação.

Em 2020, foi o primeiro ano de relato em que o Município de Leiria aplicou o SNC-AP, bem como procedeu às reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2), previsto no Dec. Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, nomeadamente no que refere à vida útil dos edifícios e outras construções, deduzindo-lhe o período já decorrido para obtenção da vida útil remanescente

De acordo com as notas explicativas às demonstrações financeiras, deve ser feita divulgação transitória. Assim as notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), sendo que aquelas não figuram do anexo, ou não são aplicáveis ao Município de Leiria, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1) Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados

O novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, SNC-AP, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e após prorrogações entrou em vigor para as entidades da administração local em 1 de janeiro de 2020. Este novo sistema contabilístico define um conjunto de regras para que durante um período

de 3 anos, 2020 a 2022, os municípios possam fazer a transição do sistema anterior, o POCAL, para o novo, o SNC-AP. Prevê a alteração dos critérios de reconhecimento e mensuração dos bens imóveis, quer do domínio público, quer do domínio privado, e respetivas vidas úteis.

Este sistema contabilístico prevê, ainda, a alteração dos critérios de reconhecimento e mensuração dos bens imóveis, quer do domínio público, quer do domínio privado, e respetivas vidas úteis;

Na ausência de informação atualizável e fiável sobre o custo ou custo depreciado dos ativos fixos tangíveis, podem os bens referentes ao domínio público ser mensurados pelo Valor Razoável /Justo Valor e os prédios rústicos e urbanos, referentes ao domínio privado, pelo seu valor patrimonial tributário (VPT);

Assim os bens referentes ao domínio público podem ser mensurados pelo Valor Razoável /Justo Valor e os prédios rústicos e urbanos, referentes ao domínio privado, pelo seu valor patrimonial tributário (VPT).

Com o objetivo de exercício de 2022, integrar no seu Ativo grande parte do património ainda não reconhecido e/ou mensurado, referente a infraestruturas, edifícios, terrenos e rede viária, dando um grande passo no sentido do cumprimento da exigência do prazo dos três de transição prevista no normativo SNC-AP, o Município de Leiria contratou uma empresa externa de peritos avaliadores de imóveis.

No trabalho de levantamento e valorização realizado para a mensuração dos bens do domínio privado, foi considerado o VPT que consta nos artigos matriciais inscritos na matriz predial rústica e urbana, junto da Autoridade Tributária, e determinada a vida útil remanescente de cada bem e respetivas depreciações. Após confrontação com os bens já reconhecidos no Ativo do Município, resulta em termos de reconhecimento o seguinte:

- N.º de imóveis a reconhecer: 121 (25 edifícios e 96 parcelas de terrenos)
- Valor dos imóveis a reconhecer: 3.254.382,68€
- Valor das depreciações anuais: 71.551,32€

No que se refere ao valor a imputar aos bens imóveis do domínio público, Rede Viária, foi considerado o Valor Razoável e efetuada a estimativa das respetivas vidas úteis remanescentes. A base deste trabalho foi o Sistema de Informação Geográfica (SIG), com 6306 arruamentos. Após confrontação com os bens já reconhecidos no Ativo do Município, resulta em termos de reconhecimento o seguinte:

- N.º de imóveis a reconhecer: 4.081
- Valor dos imóveis a reconhecer: 102.206.560,00€
- Valor das depreciações anuais de acordo com as vidas úteis remanescentes propostas no relatório: 3.446.432,70€

Foi sobre estes imóveis do domínio público que incidiu a análise efetuada pela empresa, que apenas para efeitos de registo contabilístico, apurou o Valor Razoável para cada arruamento, tendo em conta aspetos como as características técnicas das vias, áreas, estado de conservação, o tipo de material do pavimento, entre outros.

Em 2022 foram reconhecidos 4202 imóveis, num total de 105.460.942,68€, correspondendo 4081 imóveis no valor de 102.206.560,00€ ao Domínio Público e 121 imóveis no valor de 3.254.382,68€ ao Domínio Privado, nos termos e condições constantes dos relatórios de avaliação, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, sendo que quanto às vidas úteis remanescentes foi considerada como referência vidas úteis entre os 30 e 50 anos, após questão efetuada à Comissão de normalização contabilística, relativamente à possibilidade de reconhecer ativos, nomeadamente Vias Municipais, com vidas uteis diferentes das constantes no classificador complementar (CC2), nomeadamente reconhecidos pelo valor da avaliação e com uma vida útil remanescente técnica, estimada por perito avaliador independente, a qual recebemos a resposta que a seguir se transcreve:

“No contexto do SNC-AP foi aprovado um classificador complementar sobre o cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, relativa ao Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Este classificador refere que os critérios de mensuração devem respeitar as normas contabilísticas aplicáveis, referindo expressamente a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, e indicando que por regra se utilizará o método da linha reta, considerando a vida útil de referência constante da tabela aí apresentada. Assim, deverá em todos os casos atender-se ao disposto na NCP 5. A objetividade para que este classificador pode contribuir não se sobrepõe às finalidades que devem procurar atingir-se na preparação da informação financeira.

As vidas úteis devem corresponder à realidade, ou seja, à duração estimada dos bens, podendo essa duração ser definida em anos ou de outra forma que se mostre mais apropriada nas circunstâncias (nomeadamente em função da produção). As vidas úteis previstas no Classificador Complementar 2- Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento são uma referência, a ser considerada nomeadamente na aplicação do método de depreciação em linha reta. Devem, pois, ser aplicadas a não ser que existam evidências que permitam fundamentar tecnicamente vidas úteis diferentes.

As estimativas contabilísticas, em que se inserem as estimativas das vidas úteis dos ativos e do seu desgaste, são uma inevitabilidade da adoção do SNC-AP, são imprescindíveis para a preparação de Demonstrações Financeiras com vista a dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da entidade e dos seus resultados, sendo da responsabilidade do órgão de gestão o seu melhor apuramento em cada circunstância.

Refira-se, ainda, que a NCP 1 estabelece que a elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do órgão de administração (§12) e que devem ser divulgadas, no Anexo, as principais fontes de incerteza das estimativas (nota 2.6), bem como as vidas úteis por cada classe de ativos fixos tangíveis incluindo a respetiva fundamentação (nota 5.1).

Quanto à questão de valorização, deverá atender-se às normas aplicáveis já referidas e ao Manual de Implementação do SNC-AP "(sublinhado nosso).

Para melhor esclarecimento consultar o Relatório, publicado na ata da reunião de Câmara de 29-11-2022, ponto 75 (ASS. 1196/22) - Avaliação de bens imóveis pertencentes ao domínio público e privado do Município de Leiria - Aprovação dos relatórios de avaliação e vidas úteis, do reconhecimento de alguns dos mesmos no ativo do Município de Leiria, e em reunião de Assembleia Municipal em 13-01-2023.

O montante de regularizações em Ativos fixos tangíveis de 77 813 661,65 resulta de levantamento no montante de 106.272.275,30€ (levantamento efetuado por entidade externa, no montante de 105.321.266,88€ e levantamento efetuado pelos serviços no montante de 951.008,42€), de cedências de anos anteriores que não estavam registados no valor de -2.840.271,67€ e de ajustamentos de transição no valor de -25.618 341,98€. Em Propriedades de Investimento o montante de regularizações de -140.941,51€, resulta de levantamentos no montante de 139 675,80€ e de ajustamentos de transição no valor de -280 617,31€.

Adicionalmente consultar contas individuais do Município de Leiria.

Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

O Município de Leiria apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que *sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*, sendo o grupo autárquico *“composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.*

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico as empresas do sector empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

Assim, à data de 31 de dezembro de 2022, o grupo consolidante é o seguinte:

Entidades incluídas na consolidação

Entidades	Sede Social	Actividade Principal	Nº de Trabalhadores	% de capital	Obs
Município de Leiria	Largo da República, Leiria	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbana, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.	1330	N/A	a)
Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	Rua Cooperativa, 65 C São Romão 2410-246 Leiria	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais.	169	100%	b)
Teatro José Lúcio da Silva	Av. Heróis de Angola, Leiria	Produção de espetáculos e actividades culturais	24	100%	c)

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município de Leiria, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

- c) Entidade considerada como serviço municipalizado no processo de consolidação, sendo controlada a 100% pelo Município de Leiria

1.2 associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

O Município de Leiria detém outras participações em entidades com percentagem inferiores a 100% e onde não existe qualquer relação de domínio.

Participações em Entidades Societárias Participadas

Entidade Participada						Participação ML			Observações
Denominação	NIPC	Sede	Tipo	CAE	Capital Social	Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Informação reportada a:
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	503811866	Leiria	SA	38212	2 000 000,00	380 800,00	19,04%	380 800,00	31/12/2022
Águas do Centro Litoral, S.A (AdCL)	513606181	Coimbra	SA	37002	39 974 968,10	2 942 781,00	7,32%	2 942 781,00	31/12/2022
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA	504475606	Porto Salvo	SA	71120	3 236 678,67	24 950,00	0,77%	24 950,00	31/12/2022
Mapicentro - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos, SA	501638938	Leiria	SA	10110	2 285 000,00	22 750,00	0,99%	22 750,00	31/12/2022
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	SA	35220	20 500 000,00	13 615,00	0,07%	13 615,00	31/12/2022
STARTUP LEIRIA - Associação para a promoção do empreendedorismo, inovação e novas tecnologias	507019415	Leiria	ASFLDP	94995	234 750,00	59 000,00	25,13%	59 000,00	31/12/2022
Fundação Escola Profissional Leiria	504603205	Leiria	Fundação	85591	110 500,01	50 000,00	45,25%	50 000,00	31/12/2022

Legenda:

SA - Sociedade Anónima

ASFLDP - Associação Sem Fins Lucrativos de Direito Privado

Fundo criado pela Lei 53/2014, de 25 de agosto

1.3 – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Participações em Entidades Não Societárias Participadas

Entidade Participada					Contribuição	Forma Realização	Observações
Denominação	NIPC	Sede	Tipo	CAE	Em 2022	Meios Monetários	Informação reportada a:
ACF - Associação Caminhos de Fátima	513836250	Fátima	ASFLDP	94995	4 178,40	4 178,40	31/12/2022
ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	503725099	Leiria	ASFLCUP	94995	3 000,00	3 000,00	31/12/2022
AMIGrante - Associação de Apoio ao Cidadão Migrante	506557359	Leiria	ASFLSUP	91333	-	-	31/12/2022
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Coimbra	AM	94110	6 161,67	6 161,67	31/12/2022
Associação de Rede de Judiarias de Portugal	509801811	Belmonte	ACPD	94995	1 500,00	1 500,00	31/12/2022
CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos	502593822	Marinha Grande	ASLCUP	71120	-	-	31/12/2022
CENTROLOGIS - Centro Logístico do Litoral, ACE	508017300	Figueira da Foz	ACE	52213	-	-	31/12/2022
CEPAE - Centro do Património da Estremadura	503874825	Batalha	APSFL	91331	600,00	600,00	31/12/2022
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	508035546	Leiria	AM	94995	5 000,00	5 000,00	31/12/2022
Enerdura - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	505074737	Leiria	ASFL	94995	997,60	997,60	31/12/2022
Liga dos Bombeiros Portugueses	500920680	Lisboa	ASFLCUP	84250	250,00	250,00	31/12/2022
RUTIS-Associação Rede de Universidades da Terceira Idade	509481990	Almeirim	IUP	88990	60,00	60,00	31/12/2022
Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica	514874201	Caldas da Rainha		94995	800,00	800,00	31/12/2022
AOPP - Associação Oficina de Planeamento e Participação	515682896	Olhão		94995	950,00	950,00	31/12/2022
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS	513864202	Porto		94991	1 925,00	1 925,00	31/12/2022
Sociedade Histórica da Independência de Portugal	500875294	Lisboa	ASFL	3085	500,00	500,00	31/12/2022

Legenda:

ACE - Agrupamento Complementar de Empresas

AM - Associação de Municípios

ASFL - Associação Sem Fins Lucrativos

ASFCLUP - Associação Sem Fins Lucrativos Com Utilidade Pública

APSFL - Associação Privada Sem Fins Lucrativos

ACPD - Associação com Caráter Público de Direito Privado

ASFCLDP - Associação Sem fins Lucrativos de Direito Privado

IUP - Instituição de Utilidade Pública e Membro do Conselho Económico e Social

1.4 – Caixa e depósitos

A caixa e os seus equivalentes numerários e depósitos bancários no dia 31 de dezembro, detalha-se como se segue:

Desagregação de Caixa e depósitos

Conta	2021	2022
Caixa	9 333,82	36 422,86
Depósitos à Ordem	49 348 463,11	46 341 844,92
Depósitos Bancários à Ordem	49 348 463,11	46 341 844,92
Outros depósitos	4 033 192,39	4 444 440,28
Depósitos a prazo	805 468,61	805 345,61
Depósitos de garantias e cauções	3 227 723,78	3 639 094,67
Total de Caixa e depósitos	53 390 989,32	50 822 708,06

O valor em depósitos bancários que não está disponível para uso da entidade, totaliza €4 444 440,28

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa, sendo apresentadas em euros.

Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedade de investimento

Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo. Mantiveram-se as vidas úteis atualizadas em 2020, de acordo com o novo Classificador Complementar 2, previsto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. As amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou linha reta) o método utilizado.

Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível do Município de Leiria, foram mensurados pelo seu custo. Mantiveram-se as vidas úteis atualizadas em 2020, de acordo com o novo Classificador Complementar 2, previsto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Durante o ano de 2022 foi levado a cabo um trabalho de identificação e valorização de um conjunto de ativos do domínio público e privado, propriedade do município, releva-se a aplicação de vidas úteis entre os 30 e 50 anos, no caso dos bens do Domínio Público, tendo por base o Relatório o Relatório, publicado na ata da reunião de Câmara de 29-11-2022, ponto 75 (ASS. 1196/22) - Avaliação de bens imóveis pertencentes ao domínio público e privado do Município de Leiria - Aprovação dos relatórios de avaliação e vidas úteis, do reconhecimento de alguns dos mesmos no ativo do Município de Leiria, e em reunião de Assembleia Municipal em 13-01-2023.

Os ativos fixos tangíveis dos SMAS, são reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, nos termos da NCP5. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com o Classificador Complementar 2. Para os bens adquiridos até 2001 utilizam-se as taxas emanadas no Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de fevereiro. Para os bens adquiridos após 2002 são utilizadas as taxas estabelecidas no CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril. De acordo com a FAQ44 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística Pública, os SMAS de Leiria

aplicam as vidas úteis do CC2, que são iguais às aplicadas no CIBE, para a tipologia de imóveis reconhecidos no Património.

Propriedades de Investimentos

São contabilizados como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital. As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta.

Foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POC-Administração Local, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Salienta-se que o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual (que aprovou o SNC- AP) não estabeleceu o período de transição na implementação do SNC – AP, tão somente a data de início de aplicação do novo referencial (artigo 18º), o impacto e relevação contabilística do mesmo (artigo 14º) e as regras de aplicação supletiva ou integração de lacunas (artigo 13º). Neste seguimento importa evidenciar que é admissível que situações de maior complexidade devidamente fundamentadas e divulgadas exijam um período mais alargado para a completa adoção do novo referencial.

Os pontos 2.2), 2.3), 2.5), 2.6), 2.7), e 2.8), ou não são aplicáveis ao Município de Leiria, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Durante o período de 31 de dezembro de 2022, a quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

AI - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas									
Rubrica	Designação	Início do Período				Final do Período			
		Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
	Ativos Intangíveis	5 893 446,08	5 387 404,22		506 041,86	6 309 266,53	5 804 361,10		504 905,46
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
AI2	Goodwill								
AI3	Projetos de desenvolvimento	596 910,65 €	481 668,53 €		115 242,12 €	614 622,65 €	498 234,76 €		116 387,89 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	852 851,20 €	639 004,81 €		213 846,39 €	1 105 628,66 €	911 818,06 €		193 810,63 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	2 994 863,16 €	2 818 966,59 €		175 896,57 €	3 098 747,51 €	2 946 717,88 €		152 029,63 €
AI6	Outros	1 447 510,45 €	1 447 764,29 €		-253,84 €	1 447 510,45 €	1 447 590,40 €		-79,95 €
AI7	Ativos intangíveis em curso	1 310,62 €			1 310,62 €	42 757,26 €			42 757,26 €
	TOTAL	5 893 446,08	5 387 404,22		506 041,86	6 309 266,53	5 804 361,10		504 905,46

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
	Ativos Intangíveis	506 041,86	423 519,57	-6 388,50				-416 956,85		-1 310,62	504 905,46
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento	115 242,12	17 712,00					-16 566,23			116 387,89
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	213 846,39	188 144,76	47 196,39				-255 376,91			193 810,63
AI5	Propriedade industrial e intelectual	175 896,57	174 905,55	-53 758,78				-145 013,71			152 029,63
AI6	Outros	-253,84		173,89							-79,95
AI7	Ativos intangíveis em curso	1 310,62	42 757,26							-1 310,62	42 757,26
	TOTAL	506 041,86	423 519,57	-6 388,50				-416 956,85		-1 310,62	504 905,46

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES												
Rubrica	Designação	Adições										
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total	
	Ativos Intangíveis		323 573,04 €								99 946,53 €	423 519,57 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
AI2	Goodwill											
AI3	Projetos de desenvolvimento		17 712,00 €									17 712,00 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		170 026,86 €								18 117,90 €	188 144,76 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual		93 076,92 €								81 828,63 €	174 905,55 €
AI6	Outros											
AI7	Ativos intangíveis em curso		42 757,26 €									42 757,26 €
	TOTAL		323 573,04 €								99 946,53 €	423 519,57 €

AI - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Rubrica	Designação	Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis				-1 310,62 €	-1 310,62 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
A12	Goodwill					
A13	Projetos de					
A14	Programas de computador e sistemas de informação					
A15	Propriedade industrial e					
A16	Outros					
A17	Ativos intangíveis em curso				-1 310,62 €	-1 310,62 €
	TOTAL				-1 310,62 €	-1 310,62 €

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Considerando o descrito na alínea (b) do ponto 10 da NCP 5 (AFT) - “um bem do AFT deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se o custo ou justo valor puder se mensurado com fiabilidade”, releva-se que não foi possível concluir o processo de levantamento dos ativos que se encontram em concessão e a sua consequente valorização e reconhecimento nas contas.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental.

ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO											
Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Data de Celebração do contrato	Data de termo do contrato	Pagamentos ao concessionário			Recebimentos do concessionário		
						Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros	Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
FORNECIMENTO DE ENERGIA	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.		20 A	31/07/2001	31/07/2021				59 469 099,00	3 128 434,00	
CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO PARA VIATURAS LIGEIRAS.	ESLI-PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A.		50 A	17/11/2000	01/11/2051				514 731,00	26 426,00	734 628,00
EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO NO PERÍODO DE DOIS ANOS	HORIZONTE ITINERANTE, LDA		12A	21/04/2015	30/04/2027				227 100,00	32 000,00	-
CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO PARA VIATURAS LIGEIRAS.	LIZESTACIONAMENTO - DESENVOLVIMENTO, EXPLORAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A.		50 A	19/03/2003	19/03/2053				127 432,00	9 661,00	221 030,00
Serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos (RU), resíduos de construção e demolição (RCD), da responsabilidade do Município, e dos serviços de limpeza urbana no Concelho de Leiria.	EcoAmbiente – Serviços e Meio Ambiente, S.A		10A	21/10/2021	18/04/2032						-
Ambiente e saneamento básico	SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.		25 A	17/05/1993	18/04/2022	62 547 230,00	837 462,00	-	1 660 123,00	24 409 042,00	-
Contrato de concessão de serviços de recolha e tratamento de águas residuais	AdCL - Águas do Centro Litoral, SA (ex: Simlis)	ETAR de Ponte das Mestras (parte)	30 A	24/01/2000	24/01/2030	79 356 806,73	3 702 524,61				
		Emissários do subsistema de Ponte das Mestras: E1, E1.1, E2, E3, E7, E8.1, numa extensão total de 19,19km;									
		ETAR das Olhalvas									
		Emissários do subsistema de Olhalvas: E7.1, E7.2, numa extensão total de 5,28km;									
Contrato de concessão de serviços de distribuição de água	AdCL - Águas do Centro Litoral, SA	ETAR de Coimbra (parte) e emissário E3.1, numa extensão total de 3km;	30 A	31/12/2004	31/12/2034	17 002 844,47	3 608 504,15				
		ETAR de Pedrogão;									
		Captação de Amor									
		Captação da Barosa									
		Captação do Paúl									
		Conduta Adutora da captação da Barosa/Reservatório de Parceiros									
		Conduta Adutora Reservatório de Parceiros / Reservatório de 1ª Zona (Cruz Da Areia)									
		Estação Elevatória de Paúl									
Reservatório de Parceiros											
Reservatório de Paúl											
Estação de Tratamento de Paúl											
O contrato tem por objecto a exploração e gestão do Café-Bar e esplanada, que se destina ao serviço do público em geral, assim como dos utentes do próprio teatro aquando da realização de espectáculos de palco, cinema e outros eventos	Vanda Almeida, Unipessoal, Lda,	Cessão de Exploração do "Café do Teatro, Bar Interno do Teatro e Esplanada"	4A	01/12/2019	30/11/2023				14 760,00	11 808,00	10 824,00
O objecto do presente contrato é a exploração de um "Quisosome - Tabacaria do Teatro"	Bruno Marques Rocha Unipessoal, Lda	Cessão de Exploração do "Quisosome - Tabacaria do Teatro"	15 A	01/02/2006	01/02/2024				63 885,25	68 094,64	4 490,04

Acordos de concessão de serviços - Município:

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de Leiria controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo. Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 -

Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No que respeita aos requisitos recomendados nas NCP 4 , 5, os mesmos ainda não foram aplicados na sua íntegra, conforme se descreve de seguida. No que respeita à NCP 4 - Acordos de concessão de serviços-Concedente, cumpre referenciar que no dia 31 de julho de 2001, foi renovado o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa no Município de Leiria com a empresa EDP Distribuição – Energia, S.A. (a seguir designada por EDP Distribuição), pelo período de 20 anos, sendo que o mesmo se prorroga automaticamente em igual período, nos termos do estabelecido no nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 344-B/82, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro. Ao abrigo deste contrato o Município de Leiria concedeu à EDP Distribuição, os poderes de gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa, durante o prazo da concessão ou enquanto esta subsistir.

Fazem parte integrante da concessão à EDP as seguintes instalações:

- As redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem com os aparelhos e acessórios ligados à sua exploração, que à data do início da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição, e ainda, os postos de transformação alimentadores das redes referidas anteriormente;
- Os postos de transformação e os direitos sobre os locais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, contruídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimento das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

Ficam excluídos do contrato de concessão as subestações, as redes de média e alta tensão e os respetivos postos de seccionamento, bem como quaisquer outras instalações de média e alta tensão, edifícios e terrenos que o distribuidor de energia elétrica em alta e média tensão possua, ou venha a possuir, na área do Município de Leiria.

Assim, nos termos do contrato de renovação celebrado, a EDP tem a competência para a gestão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho de Leiria, no entanto os bens e as infraestruturas são propriedade da autarquia, pelo que devem ser objeto de contabilização nos seus Ativos Fixos Tangíveis.

No que respeita à entidade EDP, que possui o direito de utilização dos bens e equipamentos, o direito desta concessão é registado como um Ativo Intangível nas suas contas, no entanto deve esta entidade efetuar a amortização dos equipamentos abrangidos pela concessão, não pelo período de vida útil dos equipamentos mencionados, mas sim pela duração da concessão, conforme preconizado no CC2.

Conclui-se a impossibilidade do respetivo tratamento contabilístico relativo à informação rececionada, pois a mesma não permite aferir a contabilização do contrato no seu todo, quer no que respeita aos ativos fixos tangíveis, em curso ou não, às depreciações e ao valor do rendimento atribuído à concessão.

Pelo que considerando o descrito na alínea (b) do ponto 10 da NCP 5 (AFT) - “um bem do AFT deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se o custo ou justo valor puder se mensurado com fiabilidade”, entendemos que não estão reunidas as condições para a contabilização dos valores associados a esta concessão.

Acordos de concessão de serviços - SMAS:

Os acordos de concessão existentes entre os SMAS de Leiria e a AdCL, SA devem ser reconhecidos e mensurados nos termos da NCP4. Relativamente a esta matéria as contas de 2021 passaram a apresentar uma reserva na Certificação dos Revisores Oficiais de Contas pelo não reconhecimento e mensuração de ativos e passivos destas matérias, uma vez que os SMAS de Leiria apenas têm contabilizados ao longo dos vários anos as transações efetivadas nos exercícios.

Assim, durante o exercício de 2022, promoveram-se contactos com a entidade concessionária no sentido de obter informação patrimonial dos ativos que estão a ser geridos por esta, nomeadamente quanto valor escriturado, depreciações e valor atual, data de aquisição, taxas de amortização e localização.

A 31/12/2022 o valor líquido de ativos fixos geridos pela AdCL relativos ao acordo de concessão com os SMAS de Leiria é de €67.193.125,34

Os SMAS de Leiria não procederam ao reconhecimento e mensuração nas suas contas dos ativos acima mencionados, que detalhadamente representam 4567 bens, uma vez que se torna necessário para cada um deles efetuar um recálculo das amortizações, pois a AdCL não utiliza o Classificador Complementar 2 e apenas podemos reconhecer os ativos se for reconhecido o referido passivo.

De acordo com o Manual de Implementação do SNCAP e clausulado do Acordo de Concessão, p.m., aplica-se o Método da atribuição de um direito para o reconhecimento do referido passivo, no entanto, os SMAS de Leiria não possuem a informação necessária para credivelmente avançar com essa contabilização.

Os SMAS recebem mensalmente uma renda de concessão no valor de €8.451,14, sendo o saldo em 31/12/2022 de €496.025,92.

Os contratos de concessão têm previstos caudais mínimos, para recolha e tratamento de águas residuais e para serviços de distribuição de águas. O valor das provisões mencionadas no ponto 15, respeitam ao contrato de serviços de distribuição de água.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

A 31 de dezembro, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, apresenta-se no quadro seguinte:

AFT - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
RUBRICAS	Início do Período			Final do Período				
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	236 528 440,70	109 608 868,06		126 919 572,64	352 718 239,97	125 483 204,41		227 235 035,56
Terrenos e recursos naturais	8 763 693,87			8 763 693,87	9 859 685,45	379,21		9 859 306,24
Edifícios e outras construções	1 414 521,33	254 210,07		1 160 311,26	1 533 636,04	329 844,33		1 203 791,71
Infraestruturas	223 638 199,33	109 222 248,61		114 415 950,72	338 303 995,38	124 991 973,65		213 312 021,73
Património histórico, artístico e cultural	2 712 026,17	132 409,38		2 579 616,79	3 020 923,10	161 007,22		2 859 915,88
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	271 912 532,00	54 149 966,21		217 762 565,79	260 291 482,84	59 845 232,95		200 446 249,89
Terrenos e recursos naturais	23 866 563,51			23 866 563,51	23 550 645,84			23 550 645,84
Edifícios e outras construções	151 586 724,36	24 142 489,11		127 444 235,25	153 392 856,50	27 323 281,74		126 069 574,76
Equipamento básico	26 824 562,81	22 165 830,26		4 658 732,55	27 595 341,68	23 416 249,95		4 179 091,73
Equipamento de transporte	4 593 060,69	1 320 775,79		3 272 284,90	4 923 316,81	2 011 136,60		2 912 180,21
Equipamento administrativo	6 642 654,30	5 438 389,22		1 204 265,08	6 499 867,09	5 672 235,54		827 631,55
Equipamentos biológicos	0,00	26 682,24				29 032,02		
Outros	2 297 577,15	1 055 799,59		1 215 095,32	2 831 069,59	1 393 297,10		1 408 740,47
Ativos fixos tangíveis em curso	56 101 389,18			56 101 389,18	41 498 385,33			41 498 385,33
TOTAL	508 440 972,70	163 758 834,27		344 682 138,43	613 009 722,81	185 328 437,36		427 681 285,45

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO										
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	126 884 467,35 €	104 009 888,59 €	12 923 922,17 €				-16 484 596,54 €		-131 663,56 €	227 202 018,01 €
Terrenos e recursos naturais	8 763 693,87	986 744,58	109 071,98				- 204,19			9 859 306,24
Edifícios e outras construções	1 125 205,97	22 906,27	64 165,06				- 41 503,14			1 170 774,16
Infraestruturas	114 415 950,72	102 884 550,98	12 557 474,96				- 16 414 291,37		- 131 663,56	213 312 021,73
Património histórico, artístico e cultural	2 579 616,79	115 686,76	193 210,17				- 28 597,84			2 859 915,88
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	217 797 671,08	34 592 847,64	- 39 513 459,45				- 6 152 921,57		- 6 244 870,26	200 479 267,44
Terrenos e recursos naturais	23 866 563,51	3 814 387,33	120 226,54						- 4 250 531,15	23 550 646,23
Edifícios e outras construções	127 479 340,54	2 131 785,53	669 664,79				- 3 263 582,49		- 914 616,06	126 102 592,31
Equipamento básico	4 658 732,55	949 724,53	140 848,63				- 1 569 037,87		- 1 365,00	4 178 902,84
Equipamento de transporte	3 272 284,90	264 442,80	54 184,48				- 678 492,33		- 51,00	2 912 368,85
Equipamento administrativo	1 204 265,08	185 663,58	- 194 207,02				- 364 445,80		- 1 144,00	830 131,84
Equipamentos biológicos										
Outros	1 215 095,32	147 889,79	320 632,01				- 277 363,08		- 14,00	1 406 240,04
Ativos fixos tangíveis em curso	56 101 389,18	27 098 954,08	- 40 624 808,88						- 1 077 149,05	41 498 385,33
TOTAL	344 682 138,43	138 602 736,23	- 26 589 537,28				- 22 637 518,11		- 6 376 533,82	427 681 285,45

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	103 089 130,80	741 128,95								179 628,84	104 009 888,59
Terrenos e recursos naturais	874 522,58	112 222,00									986 744,58
Edifícios e outras construções		13 213,61								9 692,66	22 906,27
Infraestruturas	102 214 608,22	504 506,58								165 436,18	102 884 550,98
Património histórico, artístico e cultural		111 186,76								4 500,00	115 686,76
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis	2 495 091,56	32 122 021,46				285,96				- 24 551,34	34 592 847,64
Terrenos e recursos naturais	377 606,34	2 880 332,50								556 448,49	3 814 387,33
Edifícios e outras construções	1 931 085,49	819 325,24								- 618 625,20	2 131 785,53
Equipamento básico	186 399,73	737 216,52				285,96				25 822,32	949 724,53
Equipamento de transporte		264 442,80									264 442,80
Equipamento administrativo		185 414,58								249,00	185 663,58
Equipamentos biológicos											
Outros		136 335,74								11 554,05	147 889,79
Ativos fixos tangíveis em curso		27 098 954,08									27 098 954,08
TOTAL	105 584 222,36	32 863 150,41				285,96				155 077,50	138 602 736,23

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestrutura	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-				- 131 663,56	- 131 663,56
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						-
Infraestruturas					- 131 663,56	- 131 663,56
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	- 143 146,57	- 4 467 211,31			- 1 634 512,38	- 6 244 870,26
Terrenos e recursos naturais		- 3 873 783,47			- 376 747,68	- 4 250 531,15
Edifícios e outras construções	- 141 730,57	- 593 427,84			- 179 457,65	- 914 616,06
Equipamento básico	- 1 365,00					- 1 365,00
Equipamento de transporte	- 51,00					- 51,00
Equipamento administrativo					- 1 144,00	- 1 144,00
Equipamentos biológicos						
Outros					- 14,00	- 14,00
Ativos fixos tangíveis em curso					- 1 077 149,05	- 1 077 149,05
TOTAL	- 143 146,57	- 4 467 211,31			- 1 766 175,94	- 6 376 533,82

Salienta-se que o município não concluiu o levantamento de todos os bens de domínio público e privado, bem como ativos fixos tangíveis em curso. E ainda que em 2022 se procedeu a autos de reclassificação de bens que estavam considerados como ativos fixos tangíveis, assim as amortizações até ao mês da reclassificação estão nas depreciações do período da conta à data, no mês da reclassificação, as amortizações acumuladas desses bens vão para a coluna de transferências internas.

É de relevar adicionalmente que a administração dos SMAS de Leiria decidiu não aplicar o desreconhecimento das depreciações acumuladas nos ativos fixos tangíveis com valor atual zero, prevista no ano de transição, na FAQ 25 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística. A reabilitação de redes de distribuição de água e recolha de águas residuais com vida útil ultrapassada, assim como a substituição massiva de contadores de água e de grupos eletrobombas está prevista nas Grandes Opções do Plano de 2022-2025.

Imóveis por regularizar

A 31 de dezembro de 2022 existem 119 imóveis (16 terrenos e 103 edifícios, dos quais 86 são a edifícios escolares), por regularizar na Conservatória do Registo Predial, mas que constam do balanço da autarquia, classificados como Ativos Fixos Tangíveis.

Salienta-se que o município ainda conclui o levantamento de todos os bens de domínio publico e privado, bem como ativos fixos tangíveis em curso.

Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Em 2022 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, é o seguinte:

Caracterização do Empréstimo	Data aprovação pela A.M.	Data de contratação	Prazo Amortiz.	Anos dec.	Visto do T.C.			Capital		Taxa de Juro		
					N.º registo	Data	Final.	Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	
DEXIA SABADEL	25/05/2002	11/07/2002	25	15	1237	04/08/2002	1	12 644 526,00 €	12 644 526,00 €	3,991		
Banco BPI, SA	31/10/2002	07/04/2003	20	19	1347	12/04/2003	1	22 460 000,00 €	22 460 000,00 €	2,525		
Banco BPI, SA	28/09/2003	18/10/2003	20	19	3181	20/10/2003	1	9 700 000,00 €	9 700 000,00 €	2,843		
Banco BPI, SA	16/10/2012	02/12/2012	15	8	252	07/12/2013	N	17 272 835,20 €	17 272 835,20 €	5,745		
TOTAL									62 077 361,20 €	62 077 361,20 €		

Caracterização do Empréstimo	Pagamentos de Anos anteriores			Encargos do Período			Encargos ano vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período	Observações
	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total				
DEXIA SABADEL	8 133 506,01 €	1 055 327,99 €	9 188 834,00 €	410 092,74 €	64 660,41 €	474 753,15 €		4 511 019,99 €	4 100 927,25 €	Montante do empréstimo 12.644.526,00
Banco BPI, SA	21 212 222,26 €	3 336 751,81 €	24 548 974,07 €	1 247 777,74 €		1 247 777,74 €		1 247 777,74 €		Montante do empréstimo 22.460.000,00
Banco BPI, SA	8 352 777,80 €	1 454 857,14 €	9 807 634,94 €	538 888,88 €	994,18 €	539 883,06 €		1 347 222,20 €	808 333,32 €	(0239077-830-005)
Banco BPI, SA	8 289 134,80 €	6 510 622,32 €	14 799 757,12 €	1 244 162,38 €	536 602,94 €	1 780 765,32 €		9 522 589,28 €	8 278 426,90 €	CONTRATO DE TRANSMISSÃO SINGULAR DE DÍVIDA-BPI/CGD-20.000.000,00(239077-830-039)
TOTAL	45 987 640,87 €	12 357 559,26 €	58 345 200,13 €	3 440 921,74 €	602 257,53 €	4 043 179,27 €	0,00 €	0,00 €	16 628 609,21 €	13 187 687,47 €

Nota 8 – Propriedades de investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

8.1) Quantia escriturada e movimentos do ano

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências Internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de	15 613 616,00 €	1 712 367,18 €	978 765,22 €	-46 762,68 €					-29 990,40 €	18 227 995,32 €		
PI1	Bens de Domínio Público			427 276,91 €	-12 614,20 €						414 662,71 €		
PI2	Terrenos e recursos	153 703,00 €									153 703,00 €		
PI3	Edifícios e outras	659 110,71 €	933 288,07 €	845 355,62 €	-34 148,48 €						2 403 605,92 €		
PI4	Outras propriedades de investimento												
PI5	Propriedades de investimento em curso	14 800 802,29 €	779 079,11 €	-293 867,31 €						-29 990,40 €	15 256 023,69 €		
	TOTAL	15 613 616,00 €	1 712 367,18 €	978 765,22 €	-46 762,68 €					-29 990,40 €	18 227 995,32 €		

8.2) Desagregação das adições

Rubrica	Designação	Adições										
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total	
	Propriedades de Investimento	53 277,35 €	779 079,11 €								880 010,72 €	1 712 367,18 €
PI1	Bens de Domínio Público											
PI2	Terrenos e recursos naturais											
PI3	Edifícios e outras construções	53 277,35 €									880 010,72 €	933 288,07 €
PI4	Outras propriedades de investimento											
PI5	Propriedades de investimento em curso		779 079,11 €									779 079,11 €
	TOTAL	53 277,35 €	779 079,11 €								880 010,72 €	1 712 367,18 €

8.3) Desagregação das diminuições

Rubrica	Designação	Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Propriedades de Investimento				-29 990,40 €	-29 990,40 €
PI1	Bens de Domínio Público					
PI2	Terrenos e recursos naturais					
PI3	Edifícios e outras construções					
PI4	Outras propriedades de investimento					
PI5	Propriedades de investimento em curso				-29 990,40 €	-29 990,40 €
	TOTAL				-29 990,40 €	-29 990,40 €

NOTA: Releva-se que dos €46 762,68 € de amortizações, o valor de € 46 762,68 refere-se ao período de relato (2022) e que em 2022 se procedeu a autos de reclassificação de bens que não estavam considerados como propriedades de investimento, assim as depreciações até ao mês da reclassificação estão nas depreciações do período da conta

à data, no mês da reclassificação, as amortizações acumuladas desses bens vão para a coluna de transferências internas.

A variação positiva registada em Propriedades de Investimento, maioritariamente referente a reclassificações de Ativos Fixos Tangíveis, nomeadamente de edifícios e outras construções, para propriedade de Investimento.

Designação	2022	2021	Diferença
Propriedades de investimento	18 227 995,32	15 613 616,00	2 614 379,32
Bens de domínio público	837 883,09		837 883,09
Terrenos e recursos naturais	153 703,00	153 703,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 627 480,75	812 897,50	1 814 583,25
Outras propriedades de investimento	0,00		0,00
Depreciações acumuladas	-647 095,21	-153 786,79	-493 308,42
Propriedades de investimento em curso	15 256 023,69	14 800 802,29	455 221,40

Nota 9 – Imparidade de ativos

As perdas por imparidade consistem na redução do valor contabilístico de um ativo, de modo a evidenciar uma perda, potencial ou efetiva, de parte ou da totalidade do seu valor real.

De seguida apresenta-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Imparidade de Ativos				
Designação	Valor Inicial	Perdas por imparidade do Período	Reversão de imparidades do Período	Imparidade Acumuladas
<i>Clientes, Contribuintes, Utentes</i>	4 173 176,57	-182 052,71	371 593,42	3 983 635,86
<i>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</i>	59 988,31	-7 902,54	414,48	45 813,02
Total	4 233 164,88	- 189 955,25	372 007,90	4 029 448,88

Nota 10 – Inventários

A de 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na rubrica de inventários consolidados foi o seguinte:

10.1 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/+ (4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	437 128,05 €	4 291 467,87 €	4 278 901,74 €	0,00 €	-7 902,54 €	414,48 €	-21 663,35 €	7 106,45 €	427 649,22 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	633 014,62 €	454 708,23 €	486 269,85 €	1 092,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	602 545,97 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	1 070 142,67 €	4 746 176,10 €	4 765 171,59 €	1 092,97 €	-7 902,54 €	414,48 €	-21 663,35 €	7 106,45 €	1 030 195,19 €

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	16 925 576,84
Venda de bens	10 364 588,70
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	59 663,75 €
Outros rendimentos	8 276 024,55
TOTAL	35 625 853,84

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em Resultados
Impostos diretos	24 900 056,59 €
Impostos indiretos	10 448 752,64 €
Taxas	4 498 307,36 €
Multas e outras penalidades	232 153,13 €
Transferências sem condição	37 098 100,40 €
Subsídios	2 724 586,34 €
Outros	22 690,00 €
TOTAL	79 924 646,46 €

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registado nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso.

Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Mapa de Provisões							Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Aumentos				Diminuições				
		Reforços (2)	Aumento da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)		Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)
Impostos										
Contribuições										
Juros de mora										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	3 222 742,70	1 068 352,10			1 068 352,10		2 128 535,57		2 128 535,57	2 162 559,23
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 700,00									1 700,00
Matérias ambientais										
Contratos onerosos	604 079,91									
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	6 016,96	7 650,25			7 650,25		2 579,13		2 579,13	11 088,08
Total	3 834 539,57	1 076 002,35	-	-	1 076 002,35	-	2 131 114,70	-	2 131 114,70	2 779 427,22

Dos diversos processos judiciais em curso, quer os instaurados pelo Município de Leiria, quer os instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, em 2022 refletiu-se na demonstração de resultados uma reversão de provisões no montante de 1 055 112,35€, resultantes do reforço da provisão para outros processos judiciais em curso e outras provisões em 1 076 002,35€, e da reversão das provisões existente em 2 131 114,70€, resultando portanto no valor acumulado no final de 2022 de 2 175 347,31€, valor que se estima suficiente no caso de eventuais indemnizações de processos onde exista um risco significativo de decisão desfavorável ao Município.

Por outro lado, nos SMAS mantiveram-se as provisões uma vez que não existem indícios de aumento de encargos em relação à integração das infraestruturas municipais no sistema em alta ao abrigo do contrato de concessão assinado entre o Estado Português e as Águas do Centro Litoral, S.A.

Os SMAS têm garantias prestadas de entidades bancárias às Infraestruturas de Portugal, SA no valor de €894.094,74.

Nota 17 – Acontecimento após data do relato

A incerteza em torno das projeções económico financeiras é elevada, com riscos descendentes para a atividade e ascendentes para a inflação. O principal risco decorre de repercussões mais adversas da invasão da Ucrânia, nomeadamente a possibilidade de interrupções no abastecimento de gás, levando a cortes na produção e novas subidas dos preços, bem como a uma redução da confiança. Existe ainda o risco de um crescimento mais forte dos salários e das margens de lucro das empresas. A materialização destes riscos implicaria uma maior persistência das pressões inflacionistas, com impactos adversos sobre a atividade de um modo geral.

A manutenção deste cenário conduzirá necessariamente a uma contração económica. Por este facto, será expectável, por um lado, o aumento da despesa pública municipal derivada do aumento de preços, quer ao nível do preço da energia, combustíveis, bens e serviços e, por outro, a redução das receitas próprias municipais considerando a expectável contração da atividade económica.

Adicionalmente, estes tipos de acontecimentos poderão inclusivamente levar ao reforço dos apoios, tendo em vista minorar o efeito negativo do aumento dos preços nos orçamentos das famílias e das empresas, que se traduz necessariamente em aumento de despesa pública municipal.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Durante o exercício de 2022, concluiu-se nos SMAS, o processo de parametrização do interface contabilístico, o que irá permitir integração automática da faturação de clientes com o ERP financeiro. Em janeiro de 2023, demos início ao processo de transmissão dos documentos em dívida a 31 de dezembro de 2022, estando prevista a transmissão diária durante o 1.º semestre de 2023

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022 o detalhe da conta estado e outros entes públicos é a que se segue:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2022	
	Saldos Devedores	Saldos Credores
Retenção de impostos sobre rendimentos		147 548,69
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	490 007,80	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		142 567,79
Tributos das autarquias locais		9 668,68
Outras tributações		1 562,79
Total	490 007,80	301 347,95

23.2 – Outras Contas a Receber/ Pagar

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica outras contas a pagar e a receber detalham-se da seguinte forma:

Outras Contas a Receber/ Pagar	31/12/2022
Saldo a receber	32 315 115,52
Devedores por contratos de cedência	496 025,92
Devedores por acréscimos de rendimentos	30 280 519,47
Outros devedores e credores	1 538 570,13
Saldo a pagar	10 282 054,45
Natureza Credora	0,00
Credores por acréscimos de gastos	5 268 228,87
Outros credores	1 431 196,21
Cauções	3 582 629,37

23.3 – Rendimentos

O montante dos rendimentos, reconhecidos durante o período, é proveniente de:

Rendimentos	
Descrição	31/12/2022
Impostos diretos	24 900 056,59
Impostos indiretos	10 448 752,64
Taxas, multas e outras penalidades	4 730 460,49
Mercadorias	31 596,98
Produtos acabados e intermédios	10 332 991,72
Serviços específicos das autarquias locais	15 164 359,44
Concessões	46 459,41
Vistorias e ensaios	39 995,00
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	501,93
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	530 743,03
Aluguer de equipamentos	1 172,47
Arrendamento	640 054,82
Outros serviços	502 290,74
Produtos acabados e intermédios	1 092,97
Ativos fixos tangíveis	192 218,79
Transferências correntes	36 999 706,93
Subsídios correntes	98 393,47
Total	104 660 847,42

23.4 – Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Apresentamos o detalhe da conta fornecimentos e serviços externos consolidada á data de 31 de dezembro de 2022:

Fornecimentos e serviços externos	31/12/2022
Serviços de saúde	0,00
Infraestruturas de transportes e parques de estacionamento	0,00
Serviços de transporte	971 922,81
Serviços de alojamento e de restauração	0,00
Espaços de desporto, cultura e lazer	1 610,00
Serviços de fornecimento de água	3 635 602,49
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	4 624 681,86
Tecnologias de informação e comunicação	131 344,27
Outros subcontratos ou concessões	2 526 056,59
Trabalhos especializados	1 311 698,05
Publicidade, comunicação e imagem	727 699,60
Vigilância e segurança	1 388 027,37
Honorários	92 496,64
Comissões	1 233 483,30
Conservação e reparação	1 838 345,04
Outros serviços especializados	5 880 616,07
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	27 882,68
Livros e documentação técnica	5 118,93
Material de escritório	6 727,34
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	221 507,35
Material de educação, cultura e recreio	81 356,17
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	4 115,20
Medicamentos e artigos para a saúde	2 493,51
Produtos químicos e de laboratórios	0,00
Outros materiais diversos de consumo	53 037,51
Eletricidade	5 643 984,65
Combustíveis e lubrificantes	1 124 470,23
Água	-423 159,59
Outros	568 932,60
Deslocações e estadas	46 149,55
Transportes de pessoal	9 390,71
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	23 405,17
Transporte escolar	0,00
Transporte de doentes	0,00
Outros	78,57
Rendas e alugueres	2 018 404,16
Comunicação	407 250,99
Seguros	298 592,32
Royalties	76 950,11
Contencioso e notariado	108 882,68
Despesas de representação dos serviços	51 420,23
Limpeza, higiene e conforto	1 118 186,85
Outros serviços	158 535,65
Total	35 997 297,66

Nota 23.5 – Gastos com pessoal

No final de dezembro de 2022 o detalhe dos gastos com o pessoal, é a que se segue:

Gastos com pessoal	31/12/2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	340 615,10
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00
Remunerações do pessoal	20 739 833,90
Benefícios pós-emprego	0,00
Indemnizações	15 382,10
Encargos sobre remunerações	4 987 974,75
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	74 239,13
Gastos de ação social	0,00
Outros gastos com o pessoal	103 097,38
Outros encargos sociais	872 891,71
Total	27 134 034,07

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3. Relatório de Gestão consolidado

Enquadramento

A consolidação de contas apresenta-se como uma ferramenta de gestão que tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

Entidades a consolidar

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria (SMAS)

Os SMAS de Leiria, têm como principal atividade a captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais.

Teatro José Lúcio da Silva (TJLS)

O Teatro José Lúcio da Silva tem como principal atividade a produção de espetáculos e atividades culturais. Esta entidade foi considerada como um serviço municipalizado no processo de consolidação.

Síntese da Atividade Consolidada

Balanço Consolidado

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício de 2022, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

Relativamente ao ano de 2022, o ativo consolidado cifra-se em €546 640 364,83, o passivo consolidado em €34 458 405,68 e o património líquido em 512 181 959,15.

O resultado líquido consolidado de 2022 foi de €5 781 420,10, verificando-se uma diminuição face ao período homólogo, no montante de €6 165 715,12.

Demonstração de Resultados Consolidados

A estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se ao previsto no SNC-AP, apresentando os resultados das operações económicas (gastos e rendimentos) do grupo durante o ano de 2022.

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingindo de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerir fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos gastos e rendimentos do Grupo Autárquico, podemos, desde logo, constatar que são os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos rendimentos verifica-se que a rubrica mais relevante é a dos Impostos/Taxas, no entanto, releva-se a rubrica Transferências e Subsídios que representa cerca de 35% do total de rendimentos do grupo autárquico.

O resultado líquido do exercício traduz uma capacidade do grupo autárquico em gerar rendimentos para fazer face aos gastos e criar margem para continuar a consolidar o investimento. Verifica-se que o resultado final do exercício advém essencialmente da atividade operacional do grupo consolidado.

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2022, é transcrito pelo saldo de gerência seguinte, no valor de €50 822 708,06, composto por €46 387 381,22, provenientes da execução orçamental e €4 435 326,84 euros resultantes de operações de tesouraria.

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Departamento Administrativo e Financeiro

Divisão Financeira

Conteúdos Organização Municipal

Divisão Financeira | Departamento Administrativo e Financeiro

Conteúdos Recursos Humanos

Divisão de Recursos Humanos | Departamento Administrativo e Financeiro

Conteúdos Reporte Financeiro

Divisão Financeira | Departamento Administrativo e Financeiro

Conteúdos Reporte Atividades

Serviços do Município de Leiria

Imagem e fotografias:

Divisão de Comunicação e Relações Públicas

Município de Leiria
Largo da República
2414-006 LEIRIA
PORTUGAL

cmleiria@cm-leiria.pt | www.cm-leiria.pt

junho 2023

Presidente – Assembleia Municipal

1º Secretário

2º Secretário

Presidente – Câmara Municipal

Vice-Presidente

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador



Câmara Municipal de Leiria
www.cm-leiria.pt



2022



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MÁRIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 546.640.365 euros e um total de património líquido de 512.181.959 euros, incluindo um resultado líquido de 5.781.420 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo consolidado às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, não foi ainda concluído o levantamento dos bens de domínio público e privado e de ativos fixos tangíveis em curso do Município de Leiria, não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das depreciações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes depreciações. A nota 5 não inclui as divulgações obrigatórias decorrentes da transição do normativo contabilístico.

Conforme referido na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o *Município de Leiria*, identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva

1 de 5



mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.

O *Município de Leiria*, não elaborou reconciliações bancárias de três contas à ordem de duas instituições financeiras com quem a entidade trabalha, incluídas na rubrica de *Caixa e depósitos*, não nos tendo sido possível concluir em que medida a elaboração desta informação poderia afetar as demonstrações financeiras individuais a 31 de dezembro de 2022, pelo que não podemos confirmar a existência de responsabilidades e ou contingências não evidenciadas nas contas.

Conforme referido na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, os *SMASL*, identificaram dois contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade apesar de ter obtido dos Concessionários informação sobre os ativos de concessão, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em posição de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASES

Conforme referido na nota 0 do Anexo, no ano de 2022 o *Município de Leiria* procedeu ao registo de património referente a infraestruturas, edifícios, terrenos e rede viária resultante do levantamento efetuado por entidade externa. A referida situação originou um aumento nas rubricas de ativos fixos tangíveis em 105.321.267 euros, propriedades de investimento em 139.676 euros e resultados transitados (ajustamentos de transição para o SNC-AP) em 105.460.943 euros, em virtude do reconhecimento dos bens de domínio público e domínio privado. Decorrente do levantamento anteriormente referido, foram ainda regularizados

ativos fixos tangíveis em curso e propriedades de investimento, que originaram uma redução no valor de 25.618.342 euros e 280.617 euros, respetivamente, e resultados transitados (ajustamentos de transição para o SNC-AP) em 25.898.959 euros. No decorrer do exercício foram ainda registadas cedências efetuadas em anos anteriores no valor de 2.840.272 euros, originando uma diminuição de igual montante nas rubricas de ativos fixos tangíveis e resultados transitados (ajustamentos de transição para o SNC-AP). Ainda relacionado com estas cedências foram mensuradas parcelas de terreno, pelo valor patrimonial tributário, cedidas através de direito de superfície, no valor de 951.008 euros, originando um aumento de igual montante nas rubricas de ativos fixos tangíveis e resultados transitados (ajustamentos de transição para o SNC-AP).

Conforme referido na nota 18 do Anexo, está em curso a integração automática de faturação de clientes com o ERP Financeiro dos SMASL.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou

conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de junho de 2023

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056,
Registado na CMVM sob o n.º 20160668



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANÇO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILÇA

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** (o Grupo), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 77.º da citada Lei, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE LEIRIA**. Da **CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA**, o Revisor Oficial de Contas recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever recomendar a clarificação do estatuto jurídico do **TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA**, face às obrigações contabilísticas, tributárias ou outras a observar.
4. No encerramento do exercício foram-nos presentes pela **CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA** os documentos de prestação de contas consolidadas.
5. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, que deve ser entendida como completando este relatório.
6. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** referentes ao exercício de 2022, se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação legalmente aplicáveis a este sector, incluindo o que se contém na Certificação Legal das Contas Consolidadas.
7. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer ao **CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA** e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 16 de junho de 2023

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056,
Registado na CMVM sob o n.º 20160668